

Congresso busca acordo para MP dos impostos

Ao receber empresários, presidente do Senado promete fazer o que for possível para não punir setores vitais da economia e, ao mesmo tempo, assegurar o equilíbrio fiscal



João Araújo

O Congresso Nacional fará tudo o que for necessário para um acordo em torno da Medida Provisória 232, que eleva a carga tributária dos prestadores de serviços e dos produtores rurais. A garantia foi dada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a cerca de 200 representantes de movimento contrário à aprovação da MP. Renan defendeu uma solução negociada para o problema, de forma a "não punir a sociedade e setores vitais para a nossa economia".

No Plenário, o senador Paulo Octávio anunciou a decisão de seu partido, o PFL, de fechar questão contra a aprovação da medida e defendeu a implantação do imposto único.

EQUILÍBRIO Renan recebe integrantes de movimento contrário à MP e afirma que solução para contas públicas não deve prejudicar setores vitais da economia

Página 3

Assassinato de missionária será discutido em audiência

Logo que se instalou, a comissão do Senado encarregada de acompanhar as investigações a respeito do assassinato da missionária Dorothy Stang marcou as primeiras audiências sobre o caso. Também decidiu enviar três pessoas à área onde ocorreu o crime.



J. Freitas

Página 7

DECISÕES À frente de Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro, Ana Júlia dirige a comissão que acompanha as investigações

Tramitação de medida provisória pode mudar logo

Alterações na tramitação e votação das medidas provisórias foram defendidas ontem pelo presidente do Senado. Ele conversou sobre o assunto com o senador Antonio Carlos Magalhães, que dirige comissão mista encarregada de propor as mudanças.

Página 5



DESTAQUE Garibaldi Alves lembra que Rio Grande do Norte é o maior produtor de camarão do país

Garibaldi: feira do camarão será aberta na terça-feira

Ao registrar que na próxima terça-feira (22) haverá a abertura, em Natal, da edição de 2005 da Feira Nacional do Camarão, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou que o Rio Grande do Norte é hoje o maior produtor de crustáceo do país e o maior exportador brasileiro. Ele acrescentou que o Brasil, atualmente 8º produtor mundial, logo ocupará a primeira posição nesse *ranking*.

– Isso se deve às condições climáticas que o país oferece para o cultivo do camarão em viveiros, mas também ao arrojo de grandes e pequenos empresários, que com grande sacrifício levaram essa atividade ao patamar no qual estão atualmente situados – afirmou Garibaldi Alves.

Segundo o senador, a abertura da feira contará com a presença dos ministros Roberto Rodrigues, da Agricultura, e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento. Ele destacou que cem empresas serão representadas no evento e que estão previstas 18 palestras de especialistas.

Osmar Dias alerta para prejuízos à agricultura

■ Queda na cotação do dólar gera depressão de preços, que chega a 50% no caso da soja, afirma senador

Novo líder do PDT, o senador Osmar Dias (PR) alertou o governo federal para o endividamento que ameaça os agricultores brasileiros, em razão da taxa de câmbio, que está fixando o valor do dólar entre R\$ 2,50 e R\$ 2,60. Ele avaliou que, embora o governo esteja comemorando números no crescimento econômico, essa comemoração não condiz com a realidade.

– Se nós pegarmos o agrogócio, que foi, sem nenhuma dúvida, a salvação da lavoura no ano passado, veremos que, neste ano, estamos com um problema sério, para o qual o governo ainda não atendeu, mas, pelo contrário, dá demonstrações claras de que não considerou o que poderá ocorrer com a comercialização da safra que começa a ser colhida – advertiu o senador



ADVERTÊNCIA "Estamos com um problema sério, para o qual o governo ainda não atentou"

pelo Paraná.

De acordo com Osmar Dias, a safra atual foi plantada na vigência de um câmbio que fixava o dólar a R\$ 3. Em consequência, o custo da produção foi construído na expectativa de que a colheita seria feita com base nesse câmbio. No entanto, no momento em que a safra está sendo comercializada, o preço do dólar cai para algo em torno de R\$ 2,50 a R\$ 2,60.

Conforme o senador, isso cria uma depressão de preços, que, em algumas culturas, chega a 50%, como, por exemplo, no caso da soja, que é a principal

commodity brasileira e a que tem trazido mais divisas na balança comercial. Em sua avaliação, isso vai afetar a economia nacional, assim como a economia de milhares de pequenos, médios e grandes produtores.

– Conversei recentemente com o governador Blairo Maggi, de Mato Grosso, que está muito preocupado. Ele disse que, com essa situação do câmbio, nós não conseguiremos pagar a dívida dos agricultores – enfatizou.

Referindo-se à safra de 6 milhões de toneladas de trigo, colhida no ano passado, para um mercado que consome 10 milhões de toneladas, Osmar Dias também afirmou que, pela lógica, não havia por que esse trigo estar parado nos armazéns sem preço, sem mercado e sem comercialização.

O líder do PDT pediu às lideranças governistas que alertem o governo federal para impedir a persistência dessa situação. Osmar Dias lembrou que o financiamento vencido torna o produtor inadimplente.



ENGODO Publicidade de cerveja passa a idéia de que o álcool só traz alegria, segundo Maguito

Projeto restringe propaganda de bebidas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) vai examinar projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas, inclusive cerveja, na televisão, no rádio e em outros meios de comunicação. A idéia do senador é autorizar essa publicidade apenas em cartazes nos locais de venda, como já é feito com a propaganda de cigarros.

Maguito lamenta que a atual legislação permita a publicidade de cervejas pela televisão no horário entre 21h e 6h, e, apesar das restrições, os anunciantes sempre tentam ligar a bebida a idéias de sucesso. O projeto passa a considerar bebida alcoólica todos os produtos com mais de meio grau GL (Gay-Lussac), contra os 13 graus da atual legislação – as cervejas apresentam teor alcoólico próximo a 7º, o que as exclui da proibição publicitária existente hoje.

O senador destaca que, apesar da proibição, as propagandas de cerveja exibidas pela televisão fazem “agressiva utilização da sexualidade” para atrair consumidores. Além disso, acrescenta, é fácil perceber que os menores de idade são os alvos preferenciais dessas propagandas. A publicidade de cervejas “passa a idéia de que o álcool só traz alegria e bem-estar e que seus efeitos adversos são restritos a uma minoria de pessoas problemáticas”.

Para Maguito, nada justifica que as regras para publicidade de fumo sejam mais rígidas do que as de bebidas alcoólicas: os dois produtos provocam grandes males à saúde das pessoas e à sociedade. Ele lamenta que, para efeito de publicidade, as cervejas estejam equiparadas a sucos e refrigerantes.

Agenda

Sessão de hoje destina-se a debates

Os senadores promovem sessão não deliberativa hoje, às 9h. Não há votação de projetos, somente pronunciamentos dos parlamentares e avisos da Mesa diretora e das lideranças partidárias. Na segunda-feira, às 14h30, a sessão também é não deliberativa. O Senado deve realizar a primeira votação no ano na sessão da próxima terça-feira.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Renan apóia negociação sobre medida que aumenta imposto

■ Presidente do Senado observa que não se podem punir setores importantes para a economia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu ontem empenhar-se por uma solução negociada para a Medida Provisória (MP) 232/04, de forma a “não punir a sociedade e setores vitais para a nossa economia”. O compromisso foi assumido ao receber em seu gabinete cerca de 200 pessoas, representantes de movimento contra a aprovação da matéria, entre elas, os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.

– É preciso termos responsabilidade com o equilíbrio fiscal, e estamos todos preocupados com o aumento do gasto público, mas a solução não pode significar a punição de setores



COMPROMISSO Renan Calheiros recebe 200 representantes de movimento contra a aprovação da MP 232

que são importantes para a nossa economia: prestadores de serviços, agricultores e profissionais liberais – observou o senador.

Renan assegurou que a questão será negociada.

– Tudo o que precisa ser feito para um acordo em torno da

medida o Congresso Nacional vai fazer; esta é a minha posição, que reflete a posição dos líderes partidários – afirmou.

Reforma

Renan Calheiros advertiu também para a necessidade de finalizar a votação da reforma tributária.

– A tramitação dessa medida provisória é o momento para conscientizar o país de que não podemos abandonar a aprovação da reforma tributária. Temos que retomá-la, o país precisa dela mais do que nunca – concluiu o presidente do Senado.

Paulo Octávio anuncia decisão do PFL contra MP

O PFL fechou questão contra a Medida Provisória 232/04, que eleva a carga tributária das prestadoras de serviços, de micro e pequenas empresas e de produtores rurais. Ao anunciar a decisão da Executiva Nacional do partido, que se reuniu na manhã de ontem, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse esperar que o PSDB siga a mesma posição.

O senador leu a resolução 335 da Comissão Executiva Nacional do PFL, assinada pelo presidente em exercício, César Maia, prefeito do Rio de Janeiro, que considera como “ato de extrema gravidade e de infidelidade partidária”, que será punido com o cancelamento da filiação, votar contra essa decisão do partido, abster-se ou ausentar-se “injustificadamente” das sessões de votação da MP 232.

Paulo Octávio informou que ele e o líder do PFL, senador José Agripino (RN), participaram da reunião das entidades empresariais e de profissionais liberais com o presidente do

Senado, Renan Calheiros, para pedir a não aprovação da MP, que trará sérias conseqüências para a economia nacional, principalmente porque atinge os setores de serviços e agropecuário, que são grandes empregadores de mão-de-obra.

– É crescente a manifestação contrária da sociedade brasileira a esse viés anticrescimento, representado pela contínua elevação da carga tributária de nosso país - salientou.

Informalidade

O senador advertiu para a indução à informalidade que isso representa e conclamou o governo a fazer a sua parte, ajustando e reduzindo suas despesas e melhorando a aplicação dos seus recursos.

Ele considerou que as repercussões negativas da MP serão mais críticas para as micro e pequenas empresas do setor de serviços, que não suportarão a elevação de custos e não poderão sobreviver no mercado formal. “Para essas empresas, a margem presumida de lucratividade de 40% estabele-



PROPOSTA Paulo Octávio sugere ao governo federal a adoção do “inevitável imposto único”

cida pela MP está fora do que qualquer pessoa pode razoavelmente esperar de retorno de atividades lícitas.” Lembrou que a base de cálculo do Imposto de Renda dessas empresas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) era de 12% até 2003 e aumentou para 32% no exercício seguinte.

Paulo Octávio reforçou o pedido de que o governo reconsidere a MP e sugeriu à administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que inicie já as formulações para o “inevitável imposto único, pelo menos na esfera federal”. Na avaliação dele, o imposto único é “a grande luz no túnel da inclusão tributária e a saída para o pleno crescimento”.



ARGUMENTO Segundo Ideli Salvatti, nunca houve tanto incentivo à produção como agora

Ideli diz que governo Lula reduz carga tributária

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) criticou os que acusam o governo Lula de promover uma escalada na arrecadação tributária do país, sustentando que nunca houve tanto incentivo à produção como agora. Referindo-se ao artigo intitulado “Sandice tributária”, publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, ela afirmou que essa acusação não tem base na realidade.

– Qual é a escalada tributária em curso no Brasil, quando nós tivemos o maior aumento da carga tributária da história econômica deste país exatamente nos dois governos que nos antecederam? De 26% para 36% do PIB, foi isso que aconteceu entre 1995 e 2002.

Segundo Ideli, na última década, essa é a primeira vez que o Brasil registra recuo na arrecadação tributária. Ela afirmou que, no primeiro ano de governo, Lula baixou de 35,6% para 34,8% do produto interno bruto (PIB) o volume de impostos e taxas.

Indagando se as críticas contra a política tributária se referem à Medida Provisória 232, a senadora lembrou que essa iniciativa poderá ser modificada e aperfeiçoada.

Ideli listou medidas do governo que comprovariam que nunca houve tanta redução nos tributos e tanto incentivo ao investimento produtivo. Ela citou a desoneração de bens de capital, que reduziu de 5,0% para 3,5% a alíquota de IPI neles incidente. E mencionou a norma que permite às empresas aproveitar o crédito do PIS/Cofins decorrente de aquisições de máquinas e outros equipamentos adquiridos a partir de 1º de outubro de 2004. Referiu-se ainda aos fundos de investimento, que passaram a ter tributação decrescente.



RELAÇÃO Mão Santa aponta decisões que aumentaram impostos e contribuições

Mão Santa critica medida provisória

O senador Mão Santa (PMDB-PI) protestou contra o aumento de impostos previsto na Medida Provisória 232/04. Ele listou muitas decisões de majoração de impostos e contribuições já tomadas nesses dois anos do governo Lula, tais como as que atingiram a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto de Renda, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outros.

Jefferson cobra dados sobre metas de educação

■ Senador solicita ao Ministério da Educação informações sobre cumprimento de plano aprovado para o setor

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou requerimento solicitando informações e documentos ao Ministério da Educação sobre o cumprimento das metas e objetivos fixados pelo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001. Adequação de instalações físicas das escolas a padrões mínimos de higiene e conforto, formação e aperfeiçoamento de docentes, medidas para reduzir a evasão e a repetência e implantação progressiva da educação em tempo integral são alguns dos pontos previstos no plano, para realização em



CUIDADO Jefferson quer ampliar o debate sobre as carências da educação infantil e do ensino médio

um prazo de dez anos.

“O objetivo do requerimento é levantar elementos que subsidiem um debate nacional sobre o que já foi feito e, principalmente, o que ainda falta fazer para colocar a educação infantil e o ensino fundamental no rumo progressista e humanizador preconizado

pela Constituição, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Plano Nacional de Educação”, justifica o senador.

Embora reconheça um progresso no número de crianças matriculadas, Jefferson aponta sérias deficiências qualitativas. “Em 1998, mais de 8 milhões de jovens estavam atrasados nos estudos em relação a sua idade. Em média, o aluno brasileiro leva quase 11 anos para completar as oito séries do ensino fundamental”, exemplifica.

Quanto às instalações das escolas, os dados de 1998 indicam que 4,1 mil pré-escolas não tinham água encanada e 20% das escolas não tinham energia elétrica. O panorama docente, afirma o senador, também é preocupante: “Em 1998, cerca de 13% dos professores da educação infantil tinham apenas o ensino fundamental”.

Mozarildo comenta avanço nos índices de escolaridade

A expectativa de vida escolar no Brasil saltou de 10,3 para 14,9 anos, entre 1999 e 2001. O aumento supera a média dos países latinos, que é de 13 anos. Esses dados foram apresentados pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e constam do informe de acompanhamento do programa Educação para Todos, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O programa, segundo Mozarildo, é referência mundial no

desenvolvimento de políticas nacionais de educação. O principal objetivo é a universalização do ensino até o ano de 2015, disse o senador. Segundo o relatório, o Brasil possui 16 milhões de analfabetos. No mundo inteiro, o analfabetismo alcança 800 milhões de pessoas, entre maiores de 15 anos.

No Brasil, ressaltou Mozarildo, o índice de matrículas na pré-escola passou de 53,5% para 67,3%, entre os anos de 1998 e 2001. O informe indica



MELHORIA Segundo Mozarildo, dados da Unesco mostram aumento da expectativa de vida escolar

que o número de crianças fora da escola vem caindo em todo o mundo, mas a permanência na sala de aula é ameaçada pelos altos níveis de abandono.

Jucá elogia política educacional do governo Lula

Ao comentar a publicação *O Desafio de Educar o Brasil*, editada pelo Ministério da Educação, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) traçou um panorama das ações educacionais desenvolvidas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. O balanço levou o parlamentar a assinalar a “seriedade da política educacional” petista, revelada na descrição dos 250 programas que cobrem desde



ESFORÇO Programas do governo vão desde a alfabetização até cursos de pós-graduação, ressaltou Jucá

a alfabetização de jovens e adultos até cursos de pós-graduação, passando pelo apoio ao livro didático, à merenda e ao transporte escolar.

De acordo com Jucá, os projetos têm o objetivo de impulsionar as políticas educacio-

nais, consideradas prioritárias pelo ministério: reforma da educação superior; melhoria da qualidade da educação básica, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); incentivo à alfabetização e fortalecimento da educação profissional. A viabilização dos esforços depende, conforme acrescentou, da atuação das secretarias ministeriais responsáveis pela implementação e controle das ações previstas.

– Pode-se perceber a seriedade desse trabalho nos mais diversos níveis do sistema educacional – concluiu Jucá.



UNIÃO De acordo com Tuma, a sociedade precisa de mais solidariedade para promover a paz

Tuma destaca tema da Campanha da Fraternidade

Em discurso ontem no Plenário, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) exaltou a Campanha da Fraternidade de 2005 promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo o senador, a campanha tem como tema a solidariedade e a paz. Tuma lamentou que apenas três dias depois da cerimônia de lançamento da campanha tenha ocorrido no Pará o assassinato da missionária Dorothy Stang, de 73 anos, por questões de conflitos de posse de terras na região.

O parlamentar acredita que esse assassinato marca “uma nova escalada de violência no sul do Pará” e lembra que os problemas de conflitos de terra nessa região acontecem há décadas. Tuma lamentou ainda que o governo “não consiga impor um regra jurídica que se faça respeitar” para solucionar o problema.

Para o senador, a campanha da CNBB veio em boa hora, uma vez que a sociedade precisa de mais solidariedade. Ele destacou que se trata de uma campanha que envolve outras igrejas cristãs, além da Católica. “A Campanha da Fraternidade é uma união de forças pela superação da violência e pela promoção da paz”, afirmou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a CNBB teve grande felicidade na escolha do tema e disse que o texto que divulga a campanha incentiva a busca da paz, da verdade e a união das igrejas cristãs.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) destacou que a campanha é ecumênica, não é apenas da Igreja Católica. Também em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) parabenizou Romeu Tuma pelo trabalho que desenvolveu na 1ª Secretaria da Mesa.

Arns aplaude iniciativa do Conselho de Igrejas Cristãs

O Senador Flávio Arns (PT-PR) pediu aos colegas que reflitam sobre a Campanha da Fraternidade de 2005, que tem como tema “Solidariedade e Paz”, e cujo lema é “Felizes os que promovem a paz”. Ele pediu que fosse enviada uma mensagem de reconhecimento e felicitações ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) pela iniciativa do tema.

Ao ressaltar a importância da campanha, o parlamentar disse que é preciso refletir sobre os dois sentidos básicos da paz. O primeiro, segundo ele, é a paz pessoal, que seria “fruto do equilíbrio e também geradora do equilíbrio”.

– Quem está em paz consigo mesmo não agride, não extrapola os limites da boa convivência e está sempre pronto a estabelecer o diálogo e o consenso, sempre pronto a realçar o respeito pelas diferenças. Estar com uma pessoa portadora



PAZ Flávio Arns destaca a importância de reflexão sobre a Campanha da Fraternidade de 2005

desta paz interior, existencial, traz bem-estar, incentivo à criatividade e ao trabalho realizador – afirmou.

Já a “paz estrutural” seria o segundo sentido básico da paz. Para Flávio Arns, é aquela que está no meio, na convivência das pessoas, nas relações humanas de trabalho e de construção das condições da vida social.

– Um Parlamento, na sua essência e na sua missão, deve buscar a construção de um país justo, por meio de leis corajosas que eliminem toda a exclusão e discriminação, em busca da superação das diferenças sociais e econômicas – destacou ele.



DIREITO Projeto de Lúcia Vânia altera a lei que instituiu o sistema eletrônico de votação no país

Lúcia Vânia propõe direito de voto em trânsito

Com o objetivo de assegurar o voto em trânsito ao eleitor que se encontra fora de seu domicílio eleitoral, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto de lei (PLS 361/04) estabelecendo modificação na Lei 9.504/97, que estabeleceu as normas para as eleições pelo sistema eletrônico. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a apresentação de emendas pelos senadores. Lúcia Vânia argumenta, na justificativa do seu projeto, que o voto do eleitor que estiver fora da sua jurisdição, no país ou no exterior, é assegurado pelo Código Eleitoral. A prerrogativa, no entanto, deixou de ser exercida após a adoção do sistema eletrônico de votação. – Esse direito foi sustado por força de uma norma imposta em 1997 decorrente da adoção da urna eleitoral eletrônica – afirma a senadora. Pela proposição de iniciativa de Lúcia Vânia, a implantação do voto em trânsito deverá ser gradativa e preservar a segurança obtida com o sistema eletrônico, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a regulamentação desse direito de voto.

Renan defende rapidez na mudança do rito das MPs

■ Ele pretende colocar em votação, dentro de um mês, proposta que será apresentada por comissão mista

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu mudanças do atual sistema de tramitação e votação das medidas provisórias (MPs) “num curto espaço de tempo”. Ele recebeu, em seu gabinete, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que preside a comissão mista incumbida de estudar e propor alternativas para o exame de MPs pelo Congresso Nacional.

– Esta mudança é prioritária – definiu Renan.

Renan deseja colocar em votação, no prazo de um mês, proposta estabelecendo novas regras, e por isso a comissão deve apresentar suas conclusões daqui a 20 dias, segundo informou Antonio Carlos. O



DETERMINAÇÃO Adoção de novas regras é prioritária, diz Renan Calheiros (D), que recebeu Antonio Carlos, presidente da comissão que estuda o assunto

colegiado trabalha a partir de sugestões apresentadas pelos parlamentares, inclusive pelo próprio Renan. Cogita-se restringir o número de MPs que o governo pode editar, condicionar a validade das medidas provisórias ao exame da admissibilidade (urgência e relevância) e caracterizar melhor esses critérios.

Ainda de acordo com Antonio Carlos, o essencial é evitar que a pauta do Senado e da Câmara fique trancada por MPs. Uma das fórmulas em estudo prevê que a admissibilidade seria decidida por uma comissão mista formada pelos líderes, representantes das Mesas e das comissões de Justiça das duas Casas do Congresso.

Mais duas medidas provisórias são submetidas ao exame do Congresso

O Congresso acaba de receber da Presidência da República mais duas MPs, que foram lidas em Plenário e deverão ser examinadas pelos deputados e senadores nas próximas semanas.

A MP 234/05, editada no último dia 10 de janeiro, quando já passou a ter valor legal, estica por um ano o prazo para as empresas brasileiras se adaptarem às disposições do novo Código Civil, sancionado no início de 2002. Por iniciativa parlamentar, o referido prazo tinha sido prorrogado para janeiro deste ano, porém, segundo cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae),

mais de 40% dos estabelecimentos brasileiros ainda não conseguiram se adaptar perante a Junta Comercial de suas regiões.

Pela MP, o prazo fica agora prorrogado para o dia 11 de janeiro de 2006, assegurando mais um ano para que as alterações estatutárias exigidas pelo novo código, com maior repercussão sobre as atuais sociedades limitadas, que devem adotar parte das regras de organização hoje aplicáveis somente às sociedades anônimas.

Cargos

A outra MP (231/04) beneficia unidades hospitalares vinculadas ao Ministério da Saúde, mais precisamente o

Hospital Geral de Bonsucesso, o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), o Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras e o Hospital Geral do Servidor do Rio de Janeiro. A MP cria 3.490 cargos efetivos e abrange várias especialidades, com destaque para a função de auxiliar de enfermagem (1.100 vagas), médico (900) e enfermeiro (750).

A mesma MP também institui, no contexto dessas unidades, a Gratificação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde (GIAAS), em benefício dos funcionários que contribuam para a superação das metas de assistência intensiva à saúde a serem definidas pelo governo.

Virgílio quer manter inglês em prova para diplomata

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou projeto de decreto legislativo sustentando a portaria do Ministério das Relações Exteriores que retirou o caráter eliminatório da prova de inglês no concurso de admissão à carreira diplomática. A portaria, editada pelo Itamaraty em 7 de dezembro do ano passado, vem sendo objeto de polêmica.

Para Virgílio, que é diplomata de carreira e já passou por esse mesmo concurso, a decisão do Itamaraty de diminuir a importância daquele idioma põe o Brasil na contramão dos países que pretendem alcançar o desenvolvimento.

O argumento de que é preciso acabar com a “elitização da carreira” e de que “o inglês deve deixar de ser indispensável” serve apenas, segundo o senador, como “cortina de fumaça” para “o antiamericanismo tosco que a cúpula da diplomacia brasileira está impondo, aos poucos, à política externa brasileira”.

Virgílio mencionou nota do jornalista Ancelmo Góis, em *O Globo* do dia 11, segundo a qual o Itamaraty passou a exigir fluência em inglês para os motoristas que vão trabalhar, em maio, na Conferência de Chefes do Estado da América do Sul e dos países Árabes, mas não para quem vai entrar no quadro da diplomacia.



TENDÊNCIA Itamaraty quer impor “antiamericanismo tosco” na política externa do país, afirma Virgílio

Comissão de Direitos Humanos ficará com Crivella

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa será o senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

O nome da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) havia sido divulgado para dirigir o colegiado, mas ela disse que preferiu

ocupar outros cargos.

A representante cearense será vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e integrará também as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Desenvolvimento Regional. Ela atuará ainda como

vice-líder do governo.

Patrícia informou, em entrevista à Agência Senado, que o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), chegou a divulgar o nome dela para a presidência da Comissão de Direitos Humanos.

A senadora disse que “pensou melhor” e achou que a vice-presidência da CAS se encaixava “mais apropriadamente” no seu perfil. Na sua opinião, os cargos que escolheu garantirão mais tempo para cumprir obrigações no estado.

Azeredo diz que governo é mais leonino que o leão

Novo presidente do PSDB afirma que combaterá prepotência e equívocos do poder

Novo presidente do PSDB, em substituição a José Serra, que se licenciou para assumir a prefeitura de São Paulo, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou ontem, no Plenário, que atuará sem abdicar de suas convicções democráticas nem do dever de combater iniquidades, prepotências e equívocos do poder.

O senador lembrou que, em sua política econômica, o governo Lula vem conseguindo resultados justamente porque, incoerentemente, segue o roteiro macroeconômico deixado pelo PSDB. Azeredo ressaltou que esses resultados não se devem somente ao governo, mas também ao competitivo e moderno empresariado brasileiro.

– Do mesmo modo, é bom ficar claro que os nossos índices ainda estão abaixo da média do crescimento da economia e da renda da América Latina e, particularmente, de países como o Chile, o México e a Argentina – ressaltou.

Eduardo Azeredo observou que gerar enormes superávits é “a única iguaria que atualmente o Planalto serve nos salões financeiros e internacionais”.



Célio Azeredo

ROTEIRO Conforme Eduardo Azeredo, governo segue política macroeconômica do PSDB

Assim mesmo, disse, isso tem sido conseguido às custas de estados e municípios, e contra o equilíbrio federativo, como vêm advertindo os governadores tucanos.

– Para preparar tal iguaria, o governo especializou-se, por outro lado, em devorar as parcas economias da classe média. Mais leonino que o leão, tem fome insaciável de impostos.

Recorde

O senador afirmou que a Receita Federal fechou o ano de 2004 com arrecadação de R\$ 322,5 bilhões. Descontada a inflação, ele salientou que esse montante representa quase 11% de aumento real sobre a receita de 2003. Com isso, a carga tributária em relação ao produto interno bruto (PIB) subiu 1% em 2004, atingindo o recorde histórico de 36,5%, segundo estima o Instituto

Brasileiro de Planejamento Tributário.

De acordo com o parlamentar, embora tenha havido crescimento econômico razoável, o fato real é que a receita cresceu também – e muito – por conta da elevação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), cuja alíquota mais que dobrou e fez a sua receita subir mais de 20% em apenas um ano. Da mesma forma, acrescentou Azeredo, engrossou a arrecadação o fato de terem quase triplicado a alíquota do PIS e a base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Referindo-se à Medida Provisória 232/04, que eleva a carga tributária das prestadoras de serviços e de produtores rurais, o senador disse que ela não teve a urgência e relevância requeridas para a edição de MP.

– A exemplo da derrama imposta no século 18 pela então Coroa portuguesa contra os mineiros, essa MP eleva ainda mais a base de cálculo da CSLL e do Imposto de Renda dos prestadores de serviço que operam com lucro presumido. Ela deu com uma das mãos míseros 10% de correção na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Porém, com as duas mãos, vai arrancar em um ano mais R\$ 2 bilhões do bolso dos prestadores de serviço e das empresas que os contratam.



Célio Azeredo

INDIGNAÇÃO Simon acredita que ministro não aceitará certidão da Secretaria da Mesa do Senado

Simon critica resposta da Mesa sobre a CPI dos Bingos

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou indignação com a resposta que a Mesa do Senado enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias envolvendo as casas de bingo no país e o ex-assessor para assuntos parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz. De acordo com Simon, a Mesa comunicou que o prazo de duração da CPI encerrou-se em 2 de julho de 2004.

– Estou boquiaberto com um dos últimos atos da Mesa do Senado Federal. O ex-presidente do Senado, José Sarney, não deixou criar a CPI. Sentou em cima da CPI e ainda manda avisar que já se esgotou o prazo – lastimou Simon.

A comunicação atendeu pe-

dido do ministro Celso de Mello, relator do mandado de segurança impetrado pelo parlamentar gaúcho em favor da instalação da CPI no Senado. O ministro solicitou à Casa informações sobre a situação em que se encontraria a CPI, criada a partir do Requerimento 245/04.

Contexto

Simon disse ter certeza que o advogado Werner Becker, contratado para defender seu pleito junto ao STF, levará ao conhecimento do ministro Celso de Mello a situação real da CPI dos Bingos.

– E quero crer que o ministro haverá de entender o contexto da situação. Eu não creio que ele vá aceitar uma certidão enviada pela Secretaria da Mesa dizendo que já acabou o prazo de uma CPI que ainda não foi instalada. O prazo começa na sua instalação – argumentou.

A CPI dos Bingos não foi instalada porque os líderes dos partidos da base do governo se recusaram a indicar representantes para o colegiado. Com isso, o então presidente do Senado também não fez as nomeações, embora, para Simon, tivesse a obrigação de fazê-lo.

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) disse esperar que o STF decida em consonância com a aspiração de muitos senadores. Ele lembrou que, na ocasião, como seu partido (PSB) recusou-se a fazer as nomeações para a CPI, pediu sua inscrição avulsa no colegiado. Mão Santa (PMDB-PI) também manifestou apoio a Simon.

Camata quer criação de escola técnica do petróleo

Projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. A escola será uma instituição de ensino profissionalizante, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas do setor petroquímico da região.

Na justificativa da matéria, o senador explica que a extração de minérios é, hoje, o ramo de maior desenvolvimento na economia de Cachoeiro de Itapemirim, acrescentando que

o município desponta como um dos principais pólos de desenvolvimento econômico e social da região. “Tal crescimento acelerou o processo de urbanização e a conseqüente demanda por maior capacitação profissional”, argumenta.

O senador afirma, ainda, que a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação acentua que o curso profissionalizante é parte do processo integral de formação dos trabalhadores, devendo ser compreendido como uma política pública estratégica.



Roosevelt Pinheiro

RAZÃO Camata observa que Cachoeiro de Itapemirim é pólo de desenvolvimento regional

O projeto (PLS 362/04) tramita na Comissão de Educação em caráter terminativo, o que significa que só irá a Plenário se houver recurso de pelo menos nove senadores. Caso contrário, se aprovado, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Heráclito cobra explicações sobre viagem de comissão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu explicações à Mesa do Senado sobre a ida de parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado ao Uruguai para ouvir o comendador Arcanjo, um dos implicados nas investigações.

Segundo ele, a CPI foi oficialmente extinta pelo seu presidente, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), no fim do ano passado. Heráclito lembrou que ele próprio lacrou toda a documentação da CPI numa sala do Senado.

– Como é possível que alguém envie uma comissão integrada



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Heráclito diz que não faz sentido prosseguir numa investigação que já foi extinta

por dois deputados e a senadora Serys Slhessarenko até o Uruguai, gastando recursos públicos, para prosseguir numa investigação que já foi extinta?

Presidindo a sessão, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a Mesa vai investigar o assunto e responderá oportunamente à questão de ordem de Heráclito Fortes.



PRECONCEITO Paulo Paim denuncia arbitrariedade contra dois estudantes negros no Rio Grande do Sul

Paim cobra esforço pela igualdade racial no Brasil

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou, ontem, denúncia de racismo envolvendo dois estudantes negros no Rio Grande do Sul. O fato, explicou, ocorreu em janeiro com os irmãos William e Cristian Norberto Flores Silveira. Eles teriam sido detidos por três policiais militares quando corriam para não se atrasar para a prova do vestibular na universidade federal, em Porto Alegre, e acabaram perdendo a prova.

– Situações como essa nos envergonham e deixam transparente diante de nossos olhos a discriminação.

Segundo Paim, o fato configura racismo, já que muitos jovens também corriam para não se atrasar, mas, como eram brancos, não foram detidos.

O senador cumprimentou a família dos estudantes por ter ingressado na Justiça denunciando o episódio.

– Enquanto não combatermos a chaga do preconceito racial não poderemos almejar ser um país de Primeiro Mundo. Somos no mínimo 50% de afro-brasileiros. Meu gabinete recebe pelo menos 50 denúncias como essa por mês. Temos que fazer um enfrentamento positivo buscando a integração de brancos e negros.

No mesmo discurso, Paim ressaltou sua alegria pelo fato de o presidente Lula ter declarado 2005 como o Ano da Igualdade Racial. Ele disse esperar que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado e sancionado até 18 de novembro, quando se realiza a Marcha Zumbi +10, que integra a luta contra o preconceito racial.

Paim recebeu apoio de Romeu Tuma (PFL-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Mão Santa (PMDB-PI).

Comissão promove audiência sobre assassinato de religiosa

■ Deverão comparecer ouvidor agrário nacional, secretário de Defesa Social do Pará e bispo de Altamira

O secretário de Defesa Social do Pará, Manoel Nascimento Júnior; o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho; e o bispo de Altamira (PA), dom Erwin Krautler, serão os primeiros convidados para falar sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang à comissão externa criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para acompanhar as investigações a respeito do caso.

A convocação da audiência pública, a ser realizada provavelmente terça-feira, após a ordem do dia, foi a primeira decisão adotada após a instalação da comissão, na manhã de ontem. Também ficou acertado o envio imediato ao Pará, para acompanhamento das investigações, de dois advogados do Senado e de um procurador



REAÇÃO Ana Júlia (à direita, ao lado de Fátima Cleide) afirma que comissão que preside pode contribuir para acabar com a impunidade no Pará

atualmente à disposição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os três irão à região onde ocorreu o assassinato, em companhia da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que foi eleita, por unanimidade, presidente da comissão temporária, a partir de indicação da senadora Fátima Cleide (PT-RO). O colegiado terá como relator o senador Demostenes Torres

(PFL-GO) e como vice-presidente o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

– É minha responsabilidade levar os técnicos à região e apresentá-los às autoridades locais. Esta comissão pode contribuir para pôr um fim à impunidade que dá ao Pará, infelizmente, o título de campeão de violência, em cuja origem está a questão da terra – disse Ana Júlia.

"Amazônia não suporta mais sangue", afirma Fátima Cleide

Ao lamentar o assassinato da religiosa Dorothy Stang, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse ontem que a Amazônia "não irá suportar mais sangue na sua terra e exigirá justiça social para a região". Segundo afirmou, é fundamental que os governos federal e estadual ajam com rigor, eficácia e sem temor das pressões dos que estão envolvidos no caso da morte da missionária.

– Basta de mortes sangrentas no campo. Até quando a mão do Estado brasileiro se revelará incompetente, e a Justiça errática, cega ao clamores dos que dela mais precisam? – indagou a senadora, que integra a comissão externa do Senado instalada para acompanhar a investigação do crime.

Fátima Cleide, que conhecia o trabalho da missionária, ressaltou que várias instituições alertaram para os riscos que ela corria. Conforme a senadora, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária, o Ministério Público Federal no Pará e a própria

Dorothy já haviam avisado as autoridades sobre a presença em Anapu de pistoleiros que trabalhavam para comerciantes de terra da região.

– Anunciada, sua morte é a vitória da vilania, o fracasso do aparato de segurança pública e da instituição da reforma agrária – enfatizou Fátima Cleide, que cobrou uma ação das autoridades responsáveis pela questão.

Em apertes, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), que também compõem a comissão, apoiaram o pronunciamento.

Suplicy observou que a morte da missionária colocou a questão dos conflitos agrários em destaque e fez com que o nome de Dorothy jamais seja esquecido. E manifestou confiança no trabalho da comissão.

Ana Júlia, que preside a comissão, declarou que aqueles que tentam se isentar de culpa no assassinato fazem isso para dissimular a omissão dos que tinham responsabilidade de evitar esse tipo de crime.



CONSTATAÇÃO Para Demostenes Torres, quando ocorre uma crise, governo chega sempre atrasado

Demostenes atribui episódio a omissão do governo Lula

Ao manifestar sua indignação com o assassinato brutal da freira norte-americana Dorothy Stang, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) culpou a omissão do governo Lula pelo acontecimento. Ele lembrou que, menos de uma semana antes de ser assassinada, a religiosa comunicou ao secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Nilmário Miranda, que estava jurada de morte por fazendeiros da região.

– Sempre que o governo Lula

Por sugestão de Demostenes, serão solicitadas informações a respeito da situação social da região à CPI da Terra e aos ministérios da Justiça, da Defesa e do Meio Ambiente, além da Agência Brasileira de Inteligência e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

– Precisamos detectar as verdadeiras causas da freqüente repetição de episódios como o do assassinato da religiosa norte-americana – sustentou ele.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) recordou viagem feita em outubro a Anapu (PA), local do assassinato da missionária, pelos integrantes da CPI da Terra, onde mantiveram contato com Dorothy Stang.

Flexa Ribeiro colocou à disposição dos integrantes da comissão o auxílio logístico do governo do Pará, inclusive carros e helicópteros.

Eduardo Suplicy (PT-SP) julgou conveniente que as primeiras audiências ocorram em Brasília, antes de uma viagem dos senadores ao Pará.

vai gerenciar uma crise de segurança, chega atrasado. O Ministério da Justiça tinha que ter dado proteção à religiosa. Depois de consumado o crime, repulsa verbal e mobilização de ministros representam algo fingido e orquestrado para durar enquanto o assunto estiver em evidência na mídia.

Demostenes protestou, ainda, contra os incidentes ocorridos em um bairro de Goiânia, onde a desocupação de uma área pela Polícia Militar resultou, segundo disse, "numa situação semelhante a de uma praça de guerra na Faixa de Gaza", com fogo cruzado entre policiais e civis.

O senador por Goiás afirmou que a situação chegou ao imponderável porque houve "extrema leniência" com os invasores.

– É evidente que as 12 mil pessoas que ocuparam o local não chegaram lá de uma só vez. Enquanto as autoridades não reagiam, o fato foi se consumando, com milhares de edificações construídas, algumas de excelente padrão – enfatizou.

Demostenes recordou que, quando foi secretário da Segurança Pública de Goiás, enfrentou situações semelhantes com os sem-terra. Segundo ele, na época foram negociadas saídas "sem que se abrisse mão da substância da lei e do Estado de direito".

Valadares quer recursos para estados e municípios

■ Senador propõe rever o pacto federativo a fim de assegurar mais verbas para infra-estrutura

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pregou um grande mutirão nacional, de todas as lideranças políticas do país e dos agentes da sociedade civil e do Estado, contra as perdas dos estados e dos municípios. Valadares propôs rever o pacto federativo este ano e assegurar recursos para investimentos em infra-estrutura.

– O enfraquecimento dos estados e dos municípios é o enfraquecimento da nação – assinalou Valadares, enfatizando que, apesar de ser um aliado do governo, não pode deixar de pedir uma discussão sobre o pacto federativo.

Nos últimos anos, continuou, houve uma concentração de recursos nas mãos da União.

– A transferência de recursos da União caiu de 4,1% do PIB em 2002 para 3,5% em 2004. E isso mesmo considerando a



ALERTA Perda de recursos pode gerar crise nos governos estaduais e municipais, adverte Valadares

Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) – disse, acrescentando que essa perda precisa ser revista. Caso contrário, “enfrentaremos uma crise avassaladora”, advertiu.

Valadares observou que, se houvesse uma redivisão do bolo tributário, a pressão sobre o Legislativo na área orçamentária seria reduzida. Citando dados publicados na coluna do jornalista Merval Pereira, no jornal *O Globo*, o senador salientou que o peso dos estados no bolo da arrecadação fiscal caiu para 24,6% do total e o dos

municípios para 16,5%.

– É a menor participação nos recursos fiscais desde 1987 – analisou Valadares.

Na avaliação do senador, quanto mais a União arrecada, menos recursos chegam aos governos estaduais e municipais e “menos o nosso povo conta com educação e segurança pública”.

Dívidas

Além de recursos reduzidos, continuou Valadares, os municípios estão sendo sufocados pelas cobranças de dívidas com a Previdência e pagamento de multas. O senador disse que já levou o assunto ao conhecimento do ministro da Previdência Social, Amir Lando, e que propôs o reescalonamento dessas dívidas.

– O mais grave é que, ao mesmo tempo em que a União centralizou recursos, descentralizou encargos para os municípios depois da Constituição de 1988 – avaliou Valadares, para quem as parcerias público-privadas não irão reverter a situação.

Valadares foi apertado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Marcelo Crivella (PL-RJ).



CRÍTICA Pavan diz que seu estado só conseguiu liberar 35,7% das emendas aprovadas no Orçamento

Governo federal desrespeita Santa Catarina, protesta Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra a atitude do governo federal em relação a Santa Catarina, que só conseguiu a liberação de 35,7% das emendas aprovadas no Orçamento Geral da União (OGU) de 2004, mesmo sendo o governador catarinense o peemedebista Luiz Henrique, de um dos partidos da base aliada do governo.

Pavan disse que as emendas de bancada foram tratadas como “uma peça de ficção administrativa, protagonizada pela falta de respeito aos parlamentares”. Ele considerou

“impressionantes” os atos de favorecimento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos seus aliados e confessou sentir uma “ponta de inveja cívica” do que aconteceu com o Acre, que conseguiu a execução de 66% de suas emendas, e com o Piauí, que obteve a execução de 64% das emendas.

O seu estado, continuou, apesar de ocupar a sétima posição no *ranking* da arrecadação nacional e ser o quinto maior exportador entre as unidades da Federação, obteve um dos menores níveis de liberação de recursos das emendas parlamentares, abaixo mesmo da média nacional, de 53%. “As justificativas não podem vir da alegação de falta de recursos, uma vez que a arrecadação federal bate recordes históricos, crescendo muito além dos índices da inflação”, ponderou.

Ele fez questão de deixar registrado um protesto contra o tratamento que seu estado vem tendo junto aos ministérios, não obtendo êxito nos pleitos encaminhados. A única exceção, segundo Pavan, é o Ministério do Turismo, “que atendeu parte de nossas emendas”.

– Está na hora do governo de Santa Catarina dar um basta a essa situação. Estou aqui para protestar em nome do meu estado e da sua população – enfatizou Pavan.

Pernambuco deve sediar refinaria, prevê José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) declarou acreditar em uma decisão favorável do governo federal à implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. Ele ressaltou, em pronunciamento ontem no Plenário, que o empreendimento deverá ser instalado no Porto de Suape e resultará de parceria entre a Petrobras e a estatal venezuelana de petróleo, a PDVSA.

Segundo José Jorge, a opção por Pernambuco decorrerá da adequação de questões técnicas e de infra-estrutura que o estado oferece. Ele lembrou que, já em novembro de 2002, o vice-governador do estado, Mendonça Filho, esteve em Caracas para presenciar a assinatura de protocolo de intenções para a instalação da refinaria em Pernambuco. Em abril de 2003, continuou o senador, o governo estadual e a PDVSA

assinaram um protocolo de entendimento, juntamente com a Petrobras.

A refinaria, informou José Jorge, é um projeto de US\$ 2 bilhões e deverá criar 10 mil empregos durante a sua construção. A capacidade de refino prevista, observou, é de 200 mil barris diários de petróleo.

– Ter uma instalação de refinamento de petróleo em Pernambuco é um sonho de quase 60 anos do estado – disse ele.

A decisão de implantar a refinaria, segundo o senador, teria como base estudos da PDVSA e da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que indicam que, em 2010, o Brasil terá um déficit de 610 mil barris/dia, estando a maior carência nas regiões Norte e Nordeste.

Pernambuco, ressaltou José Jorge, oferece como vantagens a logística, já que 80% do con-



CONQUISTA Segundo José Jorge, o estado sonha em ter uma instalação de refino de petróleo há 60 anos

sumo do Nordeste estão num raio de 800 quilômetros; a infra-estrutura do Porto de Suape e o acordo do governo estadual com um investidor privado – a Refinaria do Nordeste (Renor).

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou, em aparte, que ainda não há decisão sobre a localização da refinaria, e Mão Santa (PMDB-PI) observou que o Piauí também está na disputa. Marco Maciel (PFL-PE) e Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentaram José Jorge pelo pronunciamento.

Crivella: Executivo não valoriza o turismo

Os critérios do Poder Executivo que orientaram a distribuição dos recursos (R\$ 900 milhões) para o fomento das exportações em 2005 foram criticados por Marcelo Crivella (PL-RJ). Se a decisão geral de editar a MP 237/05 foi correta, afirmou o senador, é lastimável que tenham sido destinados apenas 2,3% do total de recursos para o Rio de Janeiro, 1,9% para o Ceará, 0,6% para Pernambuco e 0,9% para o Piauí.

– O governo deixa de levar em consideração que o turismo é o segundo maior gerador de divisas para o país – observou.

Segundo o senador, a MP tem por objetivo incrementar o superávit comercial e para tanto autoriza a União a repassar R\$ 900 milhões a estados, municípios e Distrito Federal.



FALHA Para Crivella, potencial turístico não é priorizado nos critérios para fomento à exportação

– O que me deixa um tanto estarecido é que, na Tabela de Coeficientes Individuais de Participação, o Rio de Janeiro aparece com percentual de 2,3% – disse o senador.

Crivella ponderou que o potencial turístico do Rio e de outros estados tem que ser levado em conta e pediu que o governo dê a devida importância ao setor de turismo.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) agradeceu por Crivella ter chamado a atenção do país para as belezas do Piauí.